

**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

**PARECER Nº 495/2025 – ADVOSF**

Processo nº 00200.009137/2025-30

*Licitações e Contratos. Pregão na forma eletrônica. Menor preço global. Contratação de insumos e serviços comuns de engenharia visando adequações de acessibilidade, recomposição de pavimento de acesso e adequações no sistema de combate a incêndio no Bloco 6 do Senado Federal. Possibilidade com recomendações.*

**I – RELATÓRIO**

Trata-se de processo de licitação, na modalidade pregão, formato eletrônico, pelo menor preço global, para a contratação de insumos e serviços comuns de engenharia visando adequações de acessibilidade, recomposição de pavimento de acesso e adequações no sistema de combate a incêndio no Bloco 6 do Senado Federal.

No doc. nº 00100.089180/2025-07, Documento de Formalização de Demanda (DFD) nº 0229/2025.

No doc. nº 00100.089180/2025-07-1, Anexo B – Planilha de Quantitativos.

No doc. nº 00100.089181/2025-43, Solicitação de Contratação nº 1970, no valor autorizado de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais), justificativa para a dispensa do Estudo Técnico Preliminar (ETP), na forma do art. 3º, §1º, II do ADG nº 014/2022 e versão preliminar do Mapa de Riscos.

No doc. nº 00100.089182/2025-98, documento da contratação nº 20260105.



**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

Por meio do Ofício nº 136/2025 - SADCON (doc. nº 00100.089183/2025-32), foi informado que a Solicitação de Contratação nº 1938 foi aprovada pelo Comitê de Contratações, com base no inciso I do art. 8º do Regulamento Administrativo (RASf), encaminhando-se o processo para instrução.

No doc. nº 00100.093544/2025-45, primeira versão do Termo de Referência (TR), acompanhada do Anexo A – Caderno de Especificações Técnicas (doc. nº 00100.093544/2025-45-1); Anexo B – Planilha de Quantitativos (doc. nº 00100.093544/2025-45-2); Anexo C – Diretrizes de Segurança (doc. nº 00100.093544/2025-45-3); Anexo D – Diretrizes de Planejamento, Comunicação, Fiscalização e Gestão (doc. nº 00100.093544/2025-45-4); Anexo E – Pranchas gráficas e fotos (doc. nº 00100.093544/2025-45-5); Anexo F – Termo de Vistoria (doc. nº 00100.093544/2025-45-6); Anexo G – Modelo de Termo de Dispensa de Vistoria (doc. nº 00100.093544/2025-45-7).

Nos termos do Ofício 021/2025 – COORC/SINFRA (doc. nº 00100.093256/2025-91), foi esclarecido o procedimento adotado para a pesquisa de preços. Nos autos, constam: no doc. nº 00100.093256/2025-91-1, planilha orçamentária sem desoneração, planilha de composições de custo unitário sem desoneração, planilha orçamentária com desoneração, planilha de composições de custo unitário com desoneração, cálculo do BDI (Benefícios e Despesas Indiretas) e curvas ABC para serviços e insumos; no doc. nº 00100.093256/2025-91-2, comprovantes da pesquisa de preços empreendida (cotações de tabelas referenciais – SINAPI, TCPO/PINI, entre outras) e no doc. nº 00100.093256/2025-91-3, comprovantes da pesquisa de preços empreendida (contratos e atas de registro de preços recentes ou vigentes no Senado Federal).



**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

No doc. nº 00100.093256/2025-91-4, Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).

Por meio do Ofício nº 0277/2025-COCVAP/SADCON (doc. nº 00100.094943/2025-23), os autos foram encaminhados para prosseguimento, com a ressalva de que, na espécie, não se exige a ratificação da pesquisa de preços, uma vez que esta conta com a devida anotação de responsabilidade técnica, nos termos do § 3º do art. 18 do Ato da Diretoria-Geral nº 14/2022.

No doc. nº 00100.104916/2025-76, primeira versão da minuta de edital e contrato.

Por meio do Ofício nº 440/2025 – COATC/SADCON (doc. nº 00100.104922/2025-23), os autos foram encaminhados à Coordenação de Processamento Externo de Licitações – COPEL para análise dos autos e verificação da minuta de edital.

No doc. nº 00100.112170/2025-74, Análise Originária de Processo e Minuta de Edital.

Por meio do Ofício 458/2025 – COPROJ/SINFRA (doc. nº 00100.112738/2025-57), foi sugerido o retorno dos autos à SINFRA para exame de adequação do TR e da minuta de edital, além da análise dos quesitos formulados no instrumento e dos apontamentos delineados pela COPEL.

No doc. nº 00100.114482/2025-12, Mapa de Riscos nº 20260105.

Por meio do Ofício nº 66/2025 – COPROJ/SINFRA (doc. nº 00100.114579/2025-25) foram apresentadas as alterações formuladas ou as justificativas para a manutenção dos pontos suscitados.



**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

No doc. nº 00100.114567/2025-09, segunda versão do TR, acompanhada do Anexo A – Caderno de Especificações Técnicas (doc. nº 00100.114567/2025-09-1); Anexo B – Planilha de Quantitativos (doc. nº 00100.114567/2025-09-2); Anexo C – Diretrizes de Segurança (doc. nº 00100.114567/2025-09-3); Anexo D – Diretrizes de Planejamento, Comunicação, Fiscalização e Gestão (doc. nº 00100.114567/2025-09-4); Anexo E – Pranchas gráficas e fotos (doc. nº 00100.114567/2025-09-5); Anexo F – Termo de Vistoria (doc. nº 00100.114567/2025-09-5); Anexo G – Modelo de Termo de Dispensa de Vistoria (doc. nº 00100.114567/2025-09-7).

No doc. nº 00100.114586/2025-27, Anexo I – Ata da 3ª Reunião de 2025 do Comitê de Contratações.

No doc. nº 00100.116886/2025-41, segunda versão da minuta de edital.

Por fim, nos termos do Ofício nº 469/2025 – COATC/SADCON (doc. nº 00100.116896/2025-86), após análise da proposta dos autos, os autos foram encaminhados a esta Advocacia para manifestação e parecer.

É o relatório.

## **II – ANÁLISE JURÍDICA**

Este parecer é elaborado em observância ao disposto no art. 53, *caput* e §4º, da Lei nº 14.133/2021, que determina que, ao término da fase preparatória, o processo licitatório seja encaminhado ao órgão de assessoramento jurídico da Administração para a realização do controle prévio de legalidade, mediante análise jurídica da contratação.

Os autos são regidos pelos ditames da Lei nº 14.133/2021 e, em âmbito interno, pelas disposições do ADG nº 14/2022, responsáveis



**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

por regulamentar, fundamentalmente, o procedimento preparatório da licitação.

**II.I – Da fase preparatória da licitação****a. Da oficialização da demanda**

No doc. nº 00100.089180/2025-07, Documento de Formalização de Demanda (DFD) nº 0229/2025.

**b. Do Estudo Técnico Preliminar**

Nos termos da Solicitação de Contratação nº 1970 (doc. nº 00100.089181/2025-43), foi justificada a dispensa do ETP, em compasso com o teor do art. 3º, §1º, II do ADG nº 014/2022, segundo o qual poderá ser dispensada a elaboração do instrumento quando, pelas circunstâncias e elementos consignados no documento de formalização da demanda, restar evidenciada, de forma inquestionável, a melhor solução para o atendimento da necessidade da Administração.

Em razão do caráter técnico, não cabe a este órgão jurídico avaliar a justificativa elaborada, sendo suficiente reconhecer a aderência de seus termos ao autorizativo contido no art. 3º, do Anexo II, do ADG nº 014/2022<sup>1</sup>.

Outrossim, conforme reiteradamente recomendado por esta Advocacia, verifica-se que foi anexada aos autos a ata da terceira reunião

---

<sup>1</sup> Art. 3º O Estudo Técnico Preliminar será, em regra, obrigatório para todas as contratações pretendidas pelo Senado Federal.

§ 1º Poderá ser dispensada a elaboração de Estudo Técnico Preliminar, desde que devidamente justificado pelo Órgão Técnico, quando, alternativamente: [...]

II - pelas circunstâncias e elementos consignados no documento de formalização da demanda, restar evidenciada, de forma inquestionável, a melhor solução para o atendimento da necessidade da Administração; [...]



**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

do Comitê de Contratações realizada em 2025, na qual se deliberou pela dispensa da elaboração do Estudo Técnico Preliminar referente à presente contratação, identificada sob o nº 1970.

**c. Do Termo de Referência**

No doc. nº 00100.114567/2025-09, segunda e última versão do TR, acompanhada do Anexo A – Caderno de Especificações Técnicas (doc. nº 00100.114567/2025-09-1); Anexo B – Planilha de Quantitativos (doc. nº 00100.114567/2025-09-2); Anexo C – Diretrizes de Segurança (doc. nº 00100.114567/2025-09-3); Anexo D – Diretrizes de Planejamento, Comunicação, Fiscalização e Gestão (doc. nº 00100.114567/2025-09-4); Anexo E – Pranchas gráficas e fotos (doc. nº 00100.114567/2025-09-5); Anexo F – Termo de Vistoria (doc. nº 00100.114567/2025-09-5); Anexo G – Modelo de Termo de Dispensa de Vistoria (doc. nº 00100.114567/2025-09-7).

O art. 5º do Anexo III, do ADG nº 14/2022 enuncia os capítulos que o TR deve conter. Apesar disso, não é propriamente o nome do capítulo que conduz ao atesto de que foram, ou não, endereçados todos os temas exigidos pelo dispositivo, mas a análise de seu conteúdo.

Embora ausente expertise deste órgão jurídico para avaliar, tecnicamente, o tratamento dado a cada requisito, é possível reconhecer o endereçamento de todos os elementos do dispositivo em referência, **exceto pelo (i) regime de execução, (ii) pela previsão de penalidades por descumprimento contratual, (iii) previsão de adoção de IMR, quando exigível, (iv) pela indicação dos preços unitários e pela (v) indicação dos gestores e fiscais do contrato.**



**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

**Para o regular prosseguimento dos autos, o documento deve ser devidamente instruído com os elementos faltantes ou, alternativamente, com a justificativa para sua não inclusão, de modo a alinhá-lo ao disposto na minuta de edital e de contrato.**

**d. Da pesquisa de preços**

A etapa da pesquisa de preços e consequente estimativa do valor da contratação deve observar o art. 14 e Anexo VI, do ADG nº 014/2022.

Por meio do Ofício 021/2025 – COORC/SINFRA (doc. nº 00100.093256/2025-91), foi esclarecido o procedimento adotado para a pesquisa de preços. Nos autos, constam: no nº 00100.093256/2025-91-1, planilha orçamentária sem desoneração, planilha de composições de custo unitário sem desoneração, planilha orçamentária com desoneração, planilha de composições de custo unitário com desoneração, cálculo do BDI (Benefícios e Despesas Indiretas) e curvas ABC para serviços e insumos; no doc. nº 00100.093256/2025-91-2, comprovantes da pesquisa de preços empreendida (cotações de tabelas referenciais – SINAPI, TCPO/PINI, entre outras) e no doc. nº 00100.093256/2025-91-3, comprovantes da pesquisa de preços empreendida (contratos e atas de registro de preços recentes ou vigentes no Senado Federal).

No doc. nº 00100.093256/2025-91-4, Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).

Considerando o teor do art. 18, §3º, do ADG nº 014/2022<sup>2</sup>, que dispensa a ratificação da pesquisa de preços para itens de contratações

<sup>2</sup> Art. 18. A ratificação da pesquisa de preços pela SADCON estará condicionada à verificação da conformidade do procedimento e do cumprimento dos requisitos legais e regulamentares, observando-se, especialmente, as disposições do Anexo VI deste Ato, bem como os





**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

de obras, insumos e serviços de engenharia quando for apresentada ART e considerando a apresentação do documento no doc. nº 00100.093256/2025-91-4, o Ofício nº 0277/2025-COCVAP/SADCON (doc. nº 00100.094943/2025-23) deixou de ratificar a pesquisa de preços desempenhada, na forma do regulamento, encaminhando os autos para prosseguimento.

Certo que esta Advocacia não ostenta expertise ou atribuição para exame da pesquisa de preços formulada, é suficiente reconhecer a apresentação de ART pelo autor da tarefa, nos termos do regulamento interno.

**e. Do Mapa de Riscos**

No doc. nº 00100.114482/2025-12, Mapa de Riscos nº 20260105. Dado o caráter técnico do instrumento, é suficiente reconhecer que o documento apresenta os requisitos mínimos constantes do art. 15 do ADG nº 014/2022<sup>3</sup>.

---

entendimentos jurisprudenciais aplicáveis e adequados às circunstâncias do caso concreto [...] § 3º A ratificação da pesquisa de preços será dispensada para itens de contratações de obras, insumos e serviços de engenharia para os quais seja apresentada Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) pelas planilhas orçamentárias.

<sup>3</sup> Art. 15. Ao final da elaboração do Termo de Referência ou Projeto Básico, o Mapa de Riscos, quando couber, deverá ser atualizado no SENiC pelo Órgão Técnico, o qual deverá identificar e avaliar os demais riscos da contratação, bem como indicar as ações adequadas para seu tratamento e monitoramento.

Parágrafo único. Para cada risco, o Órgão Técnico deverá fornecer as seguintes informações:

- I - dano a ser suportado pelo Senado Federal caso o risco se concretize;
- II - impacto para o Senado Federal;
- III - ação preventiva e unidade administrativa responsável pela ação;
- IV - ação de contingência e unidade administrativa responsável pela ação.





**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

**f. Do Plano de Contratações**

No item Y do TR (doc. nº 00100.114567/2025-09) foi indicado o Plano de Contratações nº 20260105.

**g. Da disponibilidade orçamentária**

Salvo melhor juízo, não há documento nos autos que ateste a disponibilidade orçamentária para assunção da despesa, expediente que deve ser providenciado.

**II.II – Da modelagem da licitação**

Os presentes autos foram inaugurados para o fornecimento de insumos e serviços comuns de engenharia visando adequações de acessibilidade, recomposição de pavimento de acesso e adequações no sistema de combate a incêndio no Bloco 6 do Senado Federal.

Nos termos do item C.6 do TR:

*O serviço a ser contratado pode ser decomposto em atividades simples, padronizáveis e pouco complexas, que são perfeitamente mensuráveis, especificáveis, objetivamente definidas e de amplo domínio do mercado de engenharia de todo o país. Portanto, são classificáveis como serviços comuns e sugere-se a modalidade de licitação Pregão Eletrônico.*

Em verdade, não há simples sugestão pela modalidade pregão. Em razão da caracterização técnica do objeto empreendida pelos setores competentes, é possível perceber a aderência dos termos emanados à definição de serviços comuns de engenharia. A propósito:

*Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:*

*[...]*





## SENADO FEDERAL

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

*XII - obra: toda atividade estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro que implica intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel; [...]*

*XXI - serviço de engenharia: toda atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse para a Administração e que, não enquadradas no conceito de obra a que se refere o inciso XII do caput deste artigo, são estabelecidas, por força de lei, como privativas das profissões de arquiteto e engenheiro ou de técnicos especializados, que compreendem:*

*a) serviço comum de engenharia: todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens;*

*b) serviço especial de engenharia: aquele que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não pode se enquadrar na definição constante da alínea “a” deste inciso;*

Segundo a Lei, se não houver inovação no espaço físico da natureza ou não acarretar alteração substancial das características originais de bem imóvel, não há que se falar em obra, mas em serviço de engenharia. Nesse caso, deve ser examinado se o serviço tem por objeto ações objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens ou se o serviço é caracterizado pela alta heterogeneidade ou complexidade, a atrair a natureza comum ou especial, respectivamente.



**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

A obrigatoriedade da adoção do pregão para serviços comuns, de engenharia ou não, é disciplinada pelo art. 6º, XLI, da Lei nº 14.133/2021 e no art. 29, da Lei nº 14.133/2021:

*Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se: [...]*

*XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto; [...]*

*Art. 29. A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 desta Lei, adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.*

*Parágrafo único. O pregão não se aplica às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços de engenharia de que trata a alínea “a” do inciso XXI do caput do art. 6º desta Lei.*

Ausente expertise ou atribuição desta Advocacia para avaliar a correção técnica da caracterização da demanda, é suficiente reconhecer que, declarada a objetividade dos padrões de desempenho e qualidade do serviço, a adoção do pregão é obrigatória.

Conforme enuncia o item C.7 do TR, a presente contratação não adotará o Sistema de Registro de Preços – SRP, uma vez ser de conhecimento prévio do órgão os quantitativos necessários para atingimento do objetivo do projeto, justificativa que é aderente, *a contrario sensu*, aos termos do art. 3º, do Decreto nº 11.462/2023<sup>4</sup>.

<sup>4</sup> Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial: I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;





## SENADO FEDERAL

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

Adiante, segundo o item C.9 do TR, o critério de julgamento será o de menor preço, e o objeto adjudicado de modo global. A adjudicação global do objeto foi justificada nesses termos:

*Será adotado o critério de seleção pelo Menor Valor Global por se tratar de serviços compostos por etapas complementares e interligadas. A execução de um serviço interfere na execução de outro, existindo uma grande interdependência entre eles. Caso cada serviço fosse contratado separadamente haveria dificuldade em definir a responsabilidade de cada empresa prestadora de serviços, bem como em atender de forma tempestiva às demandas. Dessa forma, não é viável a contratação de empresas diferentes para a execução de itens isolados. Justificativa para adoção do menor preço: O conjunto de atividades necessárias a viabilizar a intervenção foram amplamente detalhados no caderno de especificações de modo que, atendidas as fichas técnicas, a administração pode selecionar a proposta de menor preço para celebração do futuro contrato.*

Embora sem indicar expressamente, a justificativa apresentada guarda ligação com o enunciado nº 247 da Súmula do TCU<sup>5</sup>,

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;

IV - quando for atender a execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão de que trata o § 2º do art. 32; ou

V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

Parágrafo único. O SRP poderá ser utilizado para a contratação de execução de obras e serviços de engenharia, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I - existência de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo padronizados, sem complexidade técnica e operacional; e

II - necessidade permanente ou frequente de obra ou serviço a ser contratado.

<sup>5</sup> É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.



**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

no que toca ao prejuízo para o conjunto da contratação. Ausente expertise deste órgão para avaliação técnica da justificativa, o ponto não carece de comentários adicionais. Por prudência, recomenda-se apenas que, em futuras contratações, seja a justificativa expressamente cotejada com o teor do enunciado 247 do TCU.

Quanto ao tratamento diferenciado a microempresas e empresas de pequeno porte (ME e EPP), diz o item E. 16 do TR que:

*Pela natureza dos serviços de engenharia, devidamente explicada no item C deste TR, os itens não são divisíveis, inviabilizando a aplicação do inciso III do art. 48 da Lei Complementar 123/2006, que trata das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. Além disso, está também descartada a aplicação do inciso I da referida Lei, dado o valor total da intervenção pretendida. O inciso II estaria descartado em razão da vedação a subcontratações no âmbito da presente contratação.*

Estimado o valor da contratação em R\$ 672.356,59 (seiscentos e setenta e dois mil e trezentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e nove centavos), montante superior aos R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) dos processos licitatórios destinados exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte e justificada a inaplicabilidade do benefício diante da natureza indivisível do objeto, o ponto não carece de maior reflexão.

Foi justificada a opção pela proibição da participação de consórcios no pregão (item V. 70 do TR), e proibido o expediente da subcontratação (item U. 69 do TR). A caracterização da natureza indivisível do serviço parece justificar o expediente que veda a prática de subcontratação na licitação. No entanto, em futuras contratações, por prudência, recomenda-se que a justificativa seja expressamente indicada.



**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

Nos termos do item H. 27, são exigidos requisitos de habilitação técnica e econômico-financeira, certo que a habilitação jurídica, trabalhista, fiscal, social e previdenciária é exigida na minuta do edital (item 12.3). Ausente expertise deste órgão para avaliação do ponto, é suficiente reconhecer o tratamento da matéria pelo documento.

Em seguida, nos termos do item I., é informada a facultatividade da vistoria, expediente que se amolda aos contornos do art. 62, §§ 2º, 3º e §4º da Lei nº 14.133/2021<sup>6</sup>, na medida em que a avaliação prévia do local de execução só deve ser prevista como condição de habilitação se for imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado.

No item Q.62, é informado o prazo de vigência de 12 (doze) meses consecutivos do contrato, ou até a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, o que ocorrer primeiro. Nesses termos, fica clara a natureza de escopo, e não contínua, da contratação.

No item AA., foi endereçado o assunto da garantia contratual. Embora sem indicação expressa, o instituto tem amparo no art. 98 da Lei nº 14.133/2021<sup>7</sup>, que condiciona, em regra, a garantia prestada nas

---

<sup>6</sup> Art. 62. A habilitação é a fase da licitação em que se verifica o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, dividindo-se em: [...]

§ 2º Quando a avaliação prévia do local de execução for imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o edital de licitação poderá prever, sob pena de inabilitação, a necessidade de o licitante atestar que conhece o local e as condições de realização da obra ou serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

§ 3º Para os fins previstos no § 2º deste artigo, o edital de licitação sempre deverá prever a possibilidade de substituição da vistoria por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

§ 4º Para os fins previstos no § 2º deste artigo, se os licitantes optarem por realizar vistoria prévia, a Administração deverá disponibilizar data e horário diferentes para os eventuais interessados.

<sup>7</sup> Art. 98. Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos, a garantia poderá ser de até 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, autorizada a majoração desse percentual para até







## SENADO FEDERAL

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

contratações de obras, serviços e fornecimentos ao percentual de até 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato.

No TR, não se encontra a previsão de Instrumento de Medição de Resultado – IMR. Na medida em que a aplicação do instrumento é facultativa (se aplica *quando couber*), a ausência sugere sua incompatibilidade com o serviço a ser contratado. **Porém, é necessário que a opção administrativa seja balizada por expressa justificativa. Também não se encontra a regulamentação das penalidades aplicáveis, nem a indicação dos custos unitários ou dos gestores e fiscais do contrato, elementos que devem ser complementados.**

No item J., trata-se da forma e do local de execução:

### *J. Forma e local de execução*

*38. A Fiscalização poderá determinar que os serviços sejam realizados aos fins de semana, de 18h de sexta-feira às 8h de segunda-feira, sem qualquer tipo de compensação, sempre que qualquer das seguintes situações esteja configurada:*

*a) Implicar interdição de áreas;*

*b) Causar transtornos nas áreas contíguas devido a ruídos, odores, etc.;*

*39. Os serviços serão realizados em Brasília, DF, no Complexo Arquitetônico do Senado Federal.*

**O item guarda relação com o regime de execução mas, na ótica deste órgão jurídico, parece que o ponto carece de maior**

10% (dez por cento), desde que justificada mediante análise da complexidade técnica e dos riscos envolvidos.

Parágrafo único. Nas contratações de serviços e fornecimentos contínuos com vigência superior a 1 (um) ano, assim como nas subsequentes prorrogações, será utilizado o valor anual do contrato para definição e aplicação dos percentuais previstos no caput deste artigo.





**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

**detalhamento, especialmente diante das especificações trazidas pela minuta de contrato (doc. nº 00100.116886/2025-41). Por isso, devem os setores técnicos atestar se o requisito foi suficientemente tratado ou se deve ser melhor instruído.**

Por fim, foram indicados os critérios e práticas de sustentabilidade para o objeto, a estimativa de custo, as condições de recebimento do objeto, as obrigações da contratada, as condições de pagamento e de reajuste, que não carecem de comentários jurídicos.

**III – DA MINUTA DE EDITAL**

A análise da minuta encartada nos autos (doc. nº 00100.116886/2025-41) permite concluir ter sido o instrumento elaborado com base na minuta-padrão de pregão com contrato. No entanto, alguns pontos carecem de análise e complementação.

No item 12.3.2.2 foi feito o seguinte comentário:

*12.3.2.2 Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. (Nota para a ADVOSF: A exclusão do trecho destacado, que consta na minuta-padrão de editais, foi feita com base no Parecer 465/2024-ADVOSF, NUP 119634/2024-92. Pede-se ratificar ou retificar a pertinência dessa exclusão).*

A redação está adequada ao entendimento desta Advocacia.

O que se recomenda é que, diante da ciência da homologação ou acolhimento judicial do plano de recuperação da empresa, conforme o caso, o pregoeiro realize diligências para aferir a capacidade de superação da crise econômico-financeira vivenciada pelo licitante e, ato contínuo, avaliar o potencial de adimplemento das obrigações pactuadas com a





## SENADO FEDERAL

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

Administração em caso de vir a firmar o contrato administrativo decorrente da licitação.

A respeito dos requisitos para a contratação, como observado no Parecer nº 801/2024–ADVOSF, a Lei nº 10.522/2002 foi alterada para determinar a obrigatoriedade da consulta prévia ao Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal (CADIN) para a celebração de contratos e outros instrumentos de desembolso.

*Art. 6º É obrigatória a consulta prévia ao Cadin, pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, direta e indireta, para:*

*I - realização de operações de crédito que envolvam a utilização de recursos públicos;*

*II - concessão de incentivos fiscais e financeiros;*

*III - celebração de convênios, acordos, ajustes ou contratos que envolvam desembolso, a qualquer título, de recursos públicos, e respectivos aditamentos. [...]*

*Art. 6º-A. A existência de registro no Cadin, quando da consulta prévia de que trata o art. 6º, constitui fator impeditivo para a realização de qualquer dos atos previstos nos incisos I, II e III do caput do art. 6º. (Incluído pela Lei nº 14.973, de 2024).*

**Por isso, para assinatura do contrato, deve ser alterada a redação do item 16.2 para fazer constar o seguinte:**

**16.2 – Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á por meio do SICAF e de outros meios se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação e, ainda, se atende ao disposto no §4o do art. 91 da Lei no 14.133/2021.**

**16.2.1 – Nos termos do art. 6o-A da Lei no 10.522/2002, a existência de registro positivo no CADIN (Cadastro Informativo dos Créditos Não Quitados de Órgãos e Entidades Federais) em nome da licitante adjudicatária**



**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

**constitui fator impeditivo para a sua contratação, observado o disposto no item 16.2.3.**

**16.2.2 – Em atenção ao que determina o art. 6º da Lei no 10.522/2002, anteriormente à celebração do contrato, o Senado Federal realizará consulta ao CADIN para verificar se a licitante adjudicatária possui débitos ativos com a Administração Pública Federal.**

**16.2.3 – Havendo registro positivo no CADIN, quando da convocação para assinatura do contrato, a empresa vencedora será notificada a promover e a comprovar a regularização da situação de inadimplência no prazo previsto no item 16.1, sob pena de decair seu direito à contratação do objeto.**

**16.2.4 – O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério do SENADO, desde que haja solicitação da licitante devidamente justificada e apresentada antes do transcurso do prazo informado no item 16.2.3.**

**16.2.5 – Não havendo a comprovação de regularização da situação junto ao CADIN dentro do prazo, incluindo a eventual prorrogação de que trata o item 16.2.3.4, decairá para a licitante vencedora o direito à contratação do objeto da licitação, sendo facultado ao SENADO convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar o procedimento licitatório.**

No mais, minuta de edital e de contrato podem ser aprovadas porque compatíveis com a Lei nº 14.133/2021, com o ADG nº 014/2022 e com a minuta-padrão validada pela Administração desta Casa.

#### **IV – CONCLUSÃO**

Ante ao exposto, fica aprovado o prosseguimento dos autos, **desde que as recomendações destacadas no bojo desta manifestação, sublinhadas e/ou em negrito, sejam observadas.** Além disso, frisa-se a necessidade de que as etapas procedimentais posteriores



**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

à manifestação desta Advocacia, como a designação do pregoeiro e publicidade do ato, sejam superadas.

**É o Parecer.**

Brasília, 22 de julho de 2025.

*(assinado digitalmente)***ISABELLE MENEZES VIEIRA DA SILVA**

Advogada do Senado Federal

**De acordo.** Junte-se ao processo e encaminhe-se à Coordenação de Apoio Técnico a Contratações (COATC) da Secretaria de Administração de Contratações (SADCON).

Brasília, 22 de julho de 2025.

*(assinado digitalmente)***FELIPE DE PAULA LYRA**Advogado do Senado Federal – OAB/DF nº 76533  
Coordenador do Núcleo de Processos de Contratações